

SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

TESTE DE RECUPERABILIDADE APLICADO AOS ATIVOS ATLETAS NO FUTEBOL

CRISTIANO MOREIRA SILVA*
EDVAR LÚCIO MIRANDA**

RESUMO

O futebol é uma das principais atividades do segmento esportivo e de entretenimento. Conhecer a composição de seu patrimônio é um importante fator para o bom desempenho da organização no cenário econômico que se insere. Nesse contexto, o atleta é um dos principais ativos dos clubes, sendo necessário para a realização da sua atividade, ou seja, a disputa das partidas, ou fonte de receitas oriundas das negociações. A partir disso, este estudo avaliou se os clubes brasileiros estão realizando o teste de recuperabilidade em seu ativo intangível, os atletas, conforme a norma contábil CPC 01: Redução ao valor recuperável de ativos. O objetivo geral foi analisar o grau de aderência ao CPC 01: Redução ao valor recuperável de ativos. A questão de pesquisa foi responder ao seguinte questionamento: os clubes brasileiros, presentes na primeira divisão no ano de 2016, evidenciaram, em suas demonstrações financeiras, alguma perda por recuperabilidade referente aos ativos intangíveis atletas? Em termos metodológicos, esta pesquisa caracterizou-se como descritiva, de caráter documental e bibliográfica. A coleta e o tratamento dos dados foram realizados de maneira não probabilística, selecionando os clubes que disputaram o campeonato brasileiro no ano de 2016, tendo como abordagem do problema a pesquisa quantitativa. Através dos resultados, percebe-se que a maioria dos clubes apresentaram, em suas demonstrações financeiras, fortes evidências da realização do teste de recuperabilidade no período, contudo somente dois, de fato, reconheceram a perda.

Palavras-chave: Futebol. Ativo Intangível. Teste de recuperabilidade. Atletas.

ABSTRACT

Football is one of the main activities of the sports and entertainment segment. Knowing the composition of your equity is an important factor, for the good performance of the organization in the economic scenario that is inserted. In this context, the athlete is one of the main assets of the clubs, being necessary for the accomplishment of their activity, that is, the dispute of the matches, or source of revenues from the negotiations. Based on this, this study evaluated whether Brazilian clubs are performing the impairment test on their intangible assets athletes, according to accounting standard CPC 01: Impairment of assets. The general objective was to analyze the degree of adherence to CPC 01: Impairment of assets. The question of research was, therefore, to answer the following question: Do the Brazilian clubs present in the first division in the year 2016, have evidenced in their financial statements some impairment loss, referring to the intangible assets athletes? In methodological terms, this research was characterized as descriptive, of documentary and bibliographic character. The data collection and treatment were performed in a non-probabilistic way, selecting the clubs that competed in the Brazilian championship in 2016, with quantitative research as a problem approach. The results show that most of the clubs presented in their financial statements strong evidence of the performance of the test of recoverability in the period, however, only two actually recognized the loss.

Keywords: Soccer; Intangible Assets; Recoverability test; Athletes.

Recebido em: 12-02-2018 Aceito em: 01-10-2018

1 INTRODUÇÃO

A boa prática de gestão contribui, de forma positiva, para a gestão do patrimônio das organizações em geral. Com estas atividades, as corporações estão, cada vez mais, buscando dar maior transparência e confiabilidade às decisões tomadas por parte da direção. Nesse sentido, a contabilidade é um dos principais pilares para que isso ocorra de forma eficiente, ou seja, contribui com uma boa governança, favorecendo as captações de recursos no mercado externo.

Uma das funções da contabilidade, desde a sua origem, é fornecer, com confiança e credibilidade, a seus usuários, informações que dão suporte à tomada de decisões. Devido à globalização dos mercados e

* Graduação em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007). Especialista em Finanças e Controladoria pela Universidade Federal de Minas Gerais (1º/2008), Mestre em Economia de Empresas pela Fead/MG, concluído em 01/2011

** Graduação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Ciências Contábeis, Mestrando em administração acadêmico na Unihorizontes.

expansão dos negócios acionários, as informações econômico-financeiras geradas pela contabilidade devem representar a realidade das empresas para o mercado. (CARDOSO *et al.*, 2011).

A contabilidade, sob o lema de proporcionar aos usuários, tanto externos como internos, informações transparentes e comparáveis, contribui, significativamente, para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas atuantes em vários países, unificando para um único padrão contábil. Portanto, contribui para severas modificações dos métodos aplicados nos processos de registros e na concepção da teoria que fundamenta essas práticas. (TAVARES *et al.*, 2010).

Com a implantação das normas internacionais de contabilidade, que resultaram em fortes alterações na estrutura legal brasileira em vigor até determinado momento, foram introduzidos importantes mecanismos presentes na Lei 11.638/2007 e na 11.941/09, dentre os quais se destaca o teste de recuperabilidade de ativos, também conhecido como *impairment test*. (SOUZA *et al.*, 2011).

Diante disso, no momento da aquisição do ativo, há, por parte da entidade, uma expectativa de geração de benefícios futuros desses ativos na sua utilização em operações. Porém, diversos fatores podem alterar as premissas de geração de benefícios da época em que foram adquiridos os ativos, modificando a real capacidade do bem de gerar os benefícios para a entidade. (ZANDONAI *et al.*, 2009).

Portanto, o objetivo da aplicação do teste de recuperabilidade (*impairment*) é certificar que os ativos não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Sendo constatado que os ativos estão superavaliados por valor que não irá se realizar no futuro, deverá ser mensurado e evidenciado o seu *fair value*. O reconhecimento de perdas por *impairment* ocorre, primeiramente, por verificar fatores internos e externos, que ocasionam a redução no valor dos ativos, bem como detectar se houve fatos geradores para a realização do teste. (CARVALHO *et al.*, 2010).

São considerados indicadores externos às modificações em níveis tecnológicos, variações nas taxas de juros impostas pelo mercado e mudanças no ambiente econômico. Os indicadores internos são representados por danos físicos no bem ou por sua obsolescência, e por relatórios internos que informem que o ativo não terá o desempenho esperado. (REIMANN; SCHMIDT, 2010).

O segmento econômico de entretenimento que inclui o futebol vem se tornando uma grande oportunidade de negócio, atraindo grandes investidores. Até pouco tempo, este interesse não existia e foi modificado devido ao crescente aumento das receitas obtidas e às grandes projeções, no mercado em geral, que esses clubes apresentam. (LEITE; PINHEIRO, 2014).

A divulgação se torna importante no cenário econômico, assim, aumenta a necessidade de uma melhor divulgação das informações contábeis. Conforme já vem ocorrendo em outras áreas de organizações, as demonstrações financeiras dos clubes brasileiros de futebol estão, atualmente, alinhadas com as normas internacionais de contabilidade e constituem importante veículo de comunicação para a eficiente confirmação da situação patrimonial em seu ambiente de negócios, evidenciando o comprometimento com a transparência e com a prestação de contas. (LEITE; PINHEIRO, 2014; MAIA; CARDOSO; PONTE, 2013).

Um dos principais ativos deste segmento é o atleta ou jogador, que deve ser classificado como um ativo intangível. Ludícibus *et al.* (2013) concordam ao afirmar que os direitos federativos ou coloquialmente “passes” representam o principal ativo de um clube de futebol e, por natureza, classificam-se como ativos intangíveis.

Nesse contexto, a análise dos valores que representam esta modalidade de ativos é de grande importância para os clubes brasileiros. Com isso, este estudo teve, como indagação, o seguinte questionamento: os clubes brasileiros classificados na primeira divisão do campeonato brasileiro em 2016 evidenciaram, em suas demonstrações financeiras, as perdas por recuperabilidade de seus ativos intangíveis atletas, conforme norma contábil CPC 01: Redução ao valor recuperável de ativos?

O objetivo deste estudo foi, portanto, analisar o grau de aderência ao CPC 01: Redução ao valor recuperável de ativos, no que tange à evidenciação dos ativos intangíveis atletas dos clubes de futebol, classificados na primeira divisão em 2016, tendo como base as demonstrações contábeis do período de 2014 a 2016.

A realização deste estudo justifica-se por buscar evidenciar de forma empírica os preceitos emanados pelas regulamentações em vigor, proporcionando aos acadêmicos e profissionais da área uma visão prática dos meios adotados por esse segmento da economia.

Este setor da economia apresenta elevados ganhos econômicos, busca conhecer e entender como o principal ativo é avaliado e apresenta grande importância para os gestores e usuários das informações em geral.

A possibilidade de avaliar se os clubes estão aplicando o teste de recuperabilidade pode nortear os acadêmicos interessados em estudar a aplicabilidade do pronunciamento em outros segmentos da economia brasileira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativo intangível e o setor futebolístico

As empresas em geral despendem de recursos ou assumem obrigações provenientes da aquisição, desenvolvimento, manutenção ou aprimoramento de recursos intangíveis, que podem ser definidos como um ativo monetário identificável sem substância física. Alguns exemplos de ativo que se enquadra nessa categoria são: *softwares*; patentes; direitos autorais; direitos sobre filmes cinematográficos; listas de clientes; direitos sobre hipotecas; licenças de pesca; quotas de importação; franquias; relacionamentos com clientes ou fornecedores, entre outros. (CPC 04 (R1), 2010).

No contexto brasileiro, a contabilidade tem aderido a significativas alterações provenientes da adoção dos IFRS, incentivadas a partir da promulgação das Leis n.º 11.638/2007 e 11.941/2009. (LEITE; PINHEIRO, 2014).

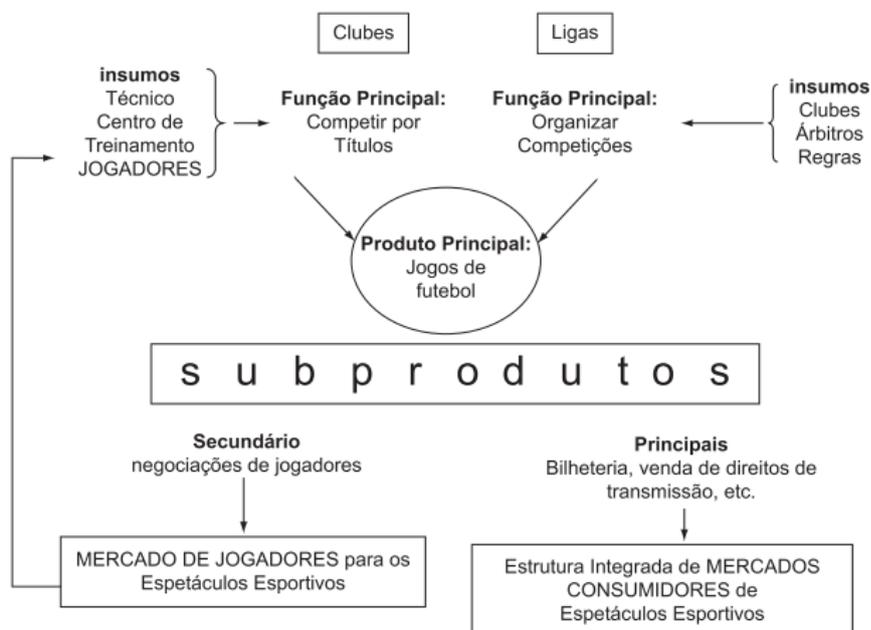
Devido à adoção das normas internacionais, a Lei 11.638/2007, visando dar uma maior transparência às demonstrações financeiras das organizações brasileiras, inseriu um grupo de contas que deveria ser evidenciada a modalidade de ativo intangível. Dada a crescente importância dos ativos intangíveis, o seu gerenciamento se torna imprescindível para assegurar a continuidade da empresa. (MAIA; CARDOSO; PONTE, 2013).

Essa evidenciação deverá ser realizada mediante o atendimento a dois critérios. O primeiro é comprovar que o ativo pode ser separável, ou seja, pode ser separado da entidade, vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou da entidade. O segundo critério é resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferidos ou separáveis da entidade ou de outros direitos de obrigações. (CPC 04 (R1), 2010).

A década de 1990 presenciou uma série de modificações na administração do futebol, provenientes de contratos de estabelecimento e de contratos de parceria entre clubes e empresas para a gestão dos clubes. Estas modificações foram motivadas por certas percepções sobre o potencial do futebol como negócio, dentro de uma racionalidade que é chamada de econômica. (LEONCINI; DA SILVA, 2005).

Leoncini e Silva (2005) definiram, em seu estudo, a cadeia produtiva deste segmento, conforme o modelo apresentado na figura 1.

FIGURA 1 – Estrutura da Cadeia Produtiva na Indústria de Futebol.



FONTE: Leoncini e Da Silva (2005).

Como demonstrado na figura 1, o mercado futebolístico possui duas funções: a principal está direcionada às partidas realizadas pelos clubes e a secundária está diretamente ligada ao mercado de jogadores.

O presente estudo focou em analisar um dos principais ativos deste segmento, sem o qual não é

possível executar a atividade principal, o jogador de futebol. Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar o grau de aderência ao CPC 01: Redução ao valor recuperável de ativos, no que tange à evidenciação dos ativos intangíveis atletas dos clubes de futebol, classificados na primeira divisão em 2016. Para Cruz (2010), os recursos humanos são os principais ativos de um clube e é, sem dúvida, oportuno, sobretudo nos clubes cuja finalidade é a participação em competições desportivas de caráter profissional e a necessidade de dispor de um conjunto de jogadores adequado ao desenvolvimento de sua atividade. Estes são os principais agentes, os elementos imprescindíveis à realização dos eventos desportivos.

Cruz (2010) justifica, em seu estudo, que o jogador de futebol preenche todos os pré-requisitos necessários dispostos no CPC 04 para ser classificado como um ativo intangível, conforme descrito no quadro 1.

QUADRO 1 – Jogador de futebol classificado como ativo intangível segundo CPC 04.

CPC 04	Justificativa
Recurso econômico controlado	A essência dos instrumentos de vínculo empregatício vinculados entre os atletas e as instituições futebolísticas possui particularidades. O acordo firmado entre as partes pode ser compreendido como uma forma privativa de domínio da instituição sobre os ganhos produzidos pelo atleta, visto que, no decurso do instrumento legal, o atleta proporciona serviços de caráter desportivo ao time que está jogando.
Resultado de acontecimentos passados	Quando o profissional tiver sua formação vinculada à instituição, também pode verificar-se a existência de eventos passados. A preparação leva o clube a desembolsar quantias imprescindíveis à formação do profissional, como, por exemplo, as correlacionados com as observações efetuadas, como as práticas com os seus técnicos. Portanto, o elemento “em resultado de acontecimentos passados”, componente da definição do ativo, está presente.
Benefícios econômicos futuros	A colaboração dos atletas para a adequada performance do time irá contribuir com o crescimento dos fluxos de caixa dos times e dos rendimentos. Quando mais assertivo, maior as chances de as receitas crescerem, tais como as oriundas de direitos televisivos, publicidade e bilheteria. Além disto, a instituição poderá ter receitas derivadas da venda dos direitos desportivos sobre os atletas. O direito desportivo sobre o jogador, principalmente o que se formou em sua base, irá contribuir para que o clube tenha benefícios econômicos, ou seja, o direito desportivo sobre o atleta satisfaz a concepção de ativo.

FONTE: Adaptado de Cruz (2010).

2.2 Recuperabilidade de ativos

Para Tavares *et al.* (2010), a adoção do termo *impairment*, traduzida como redução ao valor recuperável de ativos, é adequada, com a definição de que ativos são investimentos que devem ter seu valor recuperado, por meio de fluxos financeiros futuros.

No estudo de Zandonai e Borba (2009), foram evidenciadas algumas definições encontradas no contexto contábil, para classificar o termo *impairment*. Levando em consideração a literatura nacional e inglesa, os autores citados anteriormente ainda concluíram que, apesar de não serem exatamente semelhantes, tem em todas a mesma essência e apontam para a mesma direção. Os resultados estão apresentados no quadro 2.

QUADRO 2 – Algumas definições de teste de impairment.

Fonte	Conceito de impairment
Raupp e Beuren (2006)	Dano econômico; perda nos benefícios futuros esperados do ativo
Silva <i>et al.</i> (2006)	Instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico
Santos, Machado e Schmidt (2003)	Diferença entre o valor contábil e o <i>fair value</i> do ativo, quando o segundo for menor
Seetharaman <i>et al.</i> (2006)	Diferença entre o valor registrado e o valor justo
Meeting e Luecke (2002)	Quando o valor de ativos de longa duração ou grupo de ativos excede seu valor justo e não é recuperável
Alciatore, Easton e Spear (2000)	Se o valor do ativo não é recuperável do seu fluxo de caixa não descontado

FONTE: Zandonai e Borba (2009), adaptado pelos autores.

Para o pronunciamento técnico CPC 01, a entidade deve avaliar, anualmente, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos, porventura, perderam representatividade econômica, considerada relevante. Caso haja indicação, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente a eventual desvalorização dos ativos. (ZANDONAI; BORBA, 2009). No quadro 3, são apresentados alguns fatores que podem ser premissas para a identificação de perda com recuperabilidade dos ativos.

QUADRO 3 – Fatores internos e externos relevantes na identificação da desvalorização dos ativos.

Fatores Externos	Fatores Internos
Redução considerável do valor do mercado.	Análise através da evidência de um dano do ativo ou de sua obsolescência.
Mudanças significativas no mercado de atuação da empresa, como inovação tecnológica e alterações econômicas.	Mudanças significativas na empresa indicando alterações adversas na medida ou no modo como o ativo é utilizado.
Aumento das taxas de juros do mercado ou de outras taxas de retorno do investimento que poderão afetar o valor recuperável do ativo.	Análise fundamentada capaz de comprovar que o ativo está tendo um desempenho econômico abaixo do que foi planejado.
O Valor contábil do patrimônio líquido da empresa é maior que o valor de suas ações no mercado financeiro.	Outros pontos que a empresa pode identificar em suas operações no dia a dia.

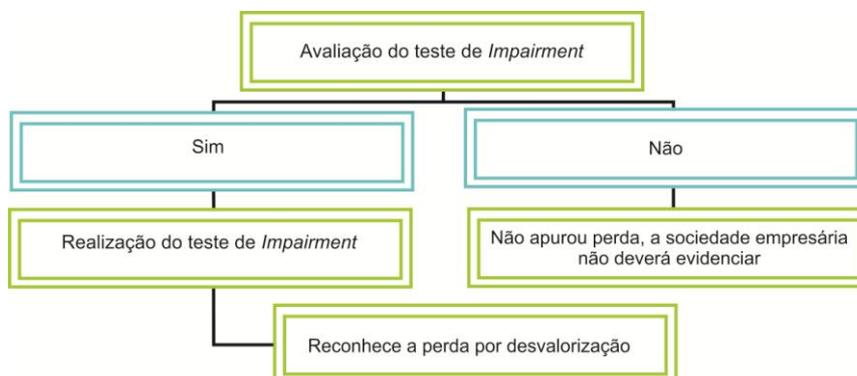
FONTE: Reis *et al.* (2013).

O CPC 01 objetiva assegurar que os ativos não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras por um valor superior ao seu valor recuperável, gerando uma informação distorcida, proporcionando aos usuários dessas informações uma concepção otimista de geração de fluxo financeiro que, provavelmente, não ocorrerá. Caso o valor contábil ultrapasse seu valor recuperável, significa que a entidade deve reconhecer uma desvalorização, por meio de uma constituição de perdas por desvalorização, a qual poderá ser revertida até o montante inicial que o ativo possuía antes da constituição dessa provisão; caso contrário, qualquer reversão superior ao valor original do ativo é considerada uma reavaliação, proibida no modelo contábil brasileiro, após a Lei n.º 11.638/07. (TAVARES *et al.*, 2010).

O pronunciamento apresenta alguns indicadores para ser considerado a possível ocorrência de desvalorização. Como, por exemplo, fontes externas de informação, como valor de mercado; alterações substanciais com reflexos antagônicos aos objetivos da entidade; taxas de juros de mercado; valor contábil do patrimônio líquido da sociedade empresária diferente de suas ações no mercado. Como fontes internas de informação, tem como exemplo: a divulgação da obsolescência física ou dano físico em um ativo; modificações substanciais de um ativo; evidência proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho de um ativo será inferior ao montante esperado. (ARA *et al.*, 2016)

Para sua mensuração e eficiente evidenciação, segundo o CPC 01, a entidade deverá avaliar, ao final de cada exercício social, se existe alguma indicação de que seu ativo esteja em um cenário que possa sofrer desvalorização. Caso exista alguma indicação, a empresa deverá estimar, com segurança, o valor recuperável do ativo: no caso de a sociedade apresentar uma perda e de o valor contábil do ativo ser superior ao valor recuperável, conforme evidenciado na figura 2.

FIGURA 2 – Critérios para aplicação do teste de impairment.



FONTE: CPC 01 (R1), (2010).

No caso de ativos intangíveis gerados internamente, a IAS 38 ressalta o *impairment test* e sistema de custeio, que possibilitam acumulação e mensuração dos custos com segurança. (MAIA; CARDOSO; PONTE, 2013).

O CPC 01 (2010) define que um ativo intangível, com vida útil indefinida, seja, no mínimo, testado anualmente com relação à redução ao valor recuperável, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável, independentemente de haver ou não alguma indicação de que possa existir redução ao valor recuperável. Entretanto, o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tal ativo, efetuado em período anterior, pode ser utilizado no teste do valor recuperável para esse ativo no período corrente, desde que todos os seguintes critérios sejam atendidos:

O quadro 4 apresenta os critérios de aplicação do CPC 01.

QUADRO 4 – Critérios do valor recuperável no teste de impairment do ativo intangível.

Ordem	Descrição
1	Se o ativo intangível não gerar entradas de caixa decorrentes do uso contínuo, que são, em grande parte, independentes daquelas decorrentes de outros ativos ou de grupo de ativos, sendo o ativo, portanto, testado para fins de valor recuperável como parte de unidade geradora de caixa à qual pertence, e os ativos e passivos que compõem essa unidade não tiverem sofrido alteração significativa desde o cálculo mais recente do valor recuperável.
2	Se o cálculo mais recente do valor recuperável tiver resultado em valor que excede o valor contábil do ativo com uma margem substancial; e
3	Se, baseado em análise de eventos que ocorreram e em circunstâncias que mudaram desde o cálculo mais recente do valor recuperável, for remota a probabilidade de que a determinação do valor recuperável corrente seja menor do que o valor contábil do ativo.

FONTE: CPC 01 (2010).

Para que seja realizado o teste de recuperabilidade do ativo intangível, é necessário que sejam realizadas as etapas apresentadas no quadro 4.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, em parte, em virtude das dificuldades de sua definição, mas, principalmente, por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de sua vida útil. Visando preencher a essa lacuna e nortear os profissionais da área contábil sobre como lidar com tais dificuldades de mensuração, foi elaborada a Resolução n.º 1.429, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a ITG 2003, a qual passou a vigorar a partir do ano de 2013. Nessa norma, destaca-se que os custos desembolsados na formação dos atletas devem ser reconhecidos como ativo intangível. Antes dessa Resolução, tais custos teriam de ser reconhecidos no ativo imobilizado, conforme Resolução nº 1.005.

2.3 Estudos anteriores sobre o tema

O estudo de Wrubel, Marassi e Klann (2015) objetivou identificar os fatores que determinam o reconhecimento de perdas por *impairment* em empresas brasileiras. Para tal, desenvolveu-se pesquisa descritiva e quantitativa, com análise de regressão linear múltipla. Analisaram-se os dados de 2010 a 2012, coletados na base de dados Econômica®. Semelhante ao estudo de Peetathawatchai e Acaranupong (2012), analisou-se o montante das perdas por *impairment* do ativo e sua associação com indicadores econômicos e de comportamento de incentivo de divulgação. Os resultados mostraram que os seguintes fatores determinam o reconhecimento de perdas por *impairment*: variação do fluxo de caixa; das receitas; do endividamento; e práticas de suavização de resultados (Smooth). No entanto, considerando que a maior parte das variáveis econômicas testadas não se mostraram relacionadas com o reconhecimento de perdas por *impairment*, conclui-se que tais fatores não se constituem elementos determinantes desta prática contábil. A mesma conclusão pode ser feita em relação às práticas de alisamento de resultados.

Souza, Borba e Zandonal (2011) verificaram as companhias de capital aberto, ou seja, que possuem ações negociadas nas bolsas de valores, e evidenciaram, em suas demonstrações financeiras, a perda no valor recuperável de ativos no exercício de 2008, aplicando o que é preconizado no pronunciamento técnico CPC 01. Para execução da pesquisa, foram verificadas se as demonstrações financeiras das empresas listadas na Bovespa reconheceram a perda no valor recuperável de ativos durante o ano de 2008. Como resposta, foi observado que nenhuma das companhias que compuseram a amostra explicitou, de maneira completa, todas as informações necessárias, segundo o que era preconizando pelo pronunciamento técnico. Ainda se constatou que a principal informação não evidenciada por algumas empresas foi a taxa de desconto, utilizada nas projeções de fluxo de caixa descontado.

Essa taxa de desconto foi analisada no estudo de Husmann e Schmidt (2008), que propuseram avaliar as diferentes abordagens na orientação da IAS 36, explicitando suas principais diferenças na

abordagem. Analisou como deve ser interpretado e aplicado o texto, com base no contexto teórico da teoria financeira. Concluindo que o custo ponderado do capital deve ser adotado, descartando as demais possibilidades, mostraram, também, que ocorrem com adoção na prática de erros substanciais de medição. A determinação de um valor em uso, de acordo com a IAS 36, requer a estimativa do capital. A orientação da IAS 36 recomenda a utilização do custo ponderado do capital (WACC), estimado, por exemplo, no CAPM. Esta recomendação está em conformidade com o "estado da arte" da teoria das finanças.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Martins e Theóphilo (2007), o método científico consiste no conjunto de regras ou procedimentos empregados na investigação e demonstração do ocorrido. Assim, observa-se que o pesquisador é responsável por seguir um processo formal para realizar suas pesquisas.

Portanto, para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma pesquisa acadêmica, que se classifica quanto aos objetivos, à abordagem do problema e aos procedimentos. (MALHOTRA, 2006). Em relação aos objetivos pretendidos, esta pesquisa se classifica como descritiva e, com relação aos meios bibliográficos, de caráter documental.

No que se refere ao estudo bibliográfico, foi realizada uma revisão da norma contábil aplicada na evidenciação do teste de recuperabilidade. Em relação ao estudo documental, foram avaliadas as demonstrações financeiras, no período de 2014 a 2016, para avaliar se foram evidenciados nas demonstrações financeiras os testes de recuperabilidade. Período este adotado em virtude de a ITG 2013 ter entrado em vigor no ano de 2013. Acredita-se que, neste período, os impactos da resolução já estivessem presentes nas demonstrações financeiras dos clubes analisados. Esses estudos, de acordo com Bardin (2009, p. 114), podem ser utilizados como um instrumento de diagnóstico, uma vez que permitem observar as inferências específicas ou as interpretações causais sobre um dado aspecto.

Desse modo, o estudo documental permitirá conhecer todas as informações necessárias para a análise e o tratamento dos dados coletados. Os estudos documentais são aqueles em que as fontes de dados são obtidas, através de documentos não editados ou publicados em artigos, teses, dissertações e outros documentos editados. (BEUREN, 2008). Outro motivo para caracterizar o estudo como documental foi a utilização das demonstrações financeiras, extraídas dos sites dos clubes, referentes ao período de análise.

Quanto à abordagem do problema e tratamento dos dados, este estudo se enquadra como pesquisa quantitativa, por utilizar procedimentos estatísticos gerados pelo programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) v.20.0® e MS Excel, a partir da utilização da Estatística Descritiva. A população do estudo compreendeu os vinte clubes que disputaram o campeonato brasileiro da Série A no ano de 2016. O critério adotado foi acessibilidade, já o universo utilizado foi os clubes apresentados no quadro 5.

QUADRO 5 – Universo que compõe este estudo.

Classificação	Clube	Pontuação	Classificação	Clube	Pontuação
1º	Palmeiras – SP	80	11º	Chapecoense – SC	52
2º	Santos – SP	71	12º	Cruzeiro – MG	51
3º	Flamengo – RJ	71	13º	Fluminense – RJ	50
4º	Atlético – MG	62	14º	Sport – PE	47
5º	Botafogo – RJ	59	15º	Coritiba – PR	46
6º	Atlético – PR	57	16º	Vitória – BA	45
7º	Corinthians – SP	55	17º	Internacional – RS	43
8º	Ponte Preta – SP	53	18º	Figueirense – SC	37
9º	Grêmio – RS	53	19º	Santa Cruz – PE	31
10º	São Paulo – SP	52	20º	América – MG	28

FONTE: CBF (2016)

Para se realizar a pesquisa no período proposto (2014 a 2016), avaliaram-se as seguintes informações por clube, em cada exercício avaliado:

a) Qual o valor evidenciado pelos clubes, no período analisado, em seus ativos intangíveis, referente aos atletas?

b) A ITG 2003 determina que, nas notas explicativas, sejam apresentadas: o total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito

econômico individual de cada atleta ou a inexistência de direito econômico. Entretanto, foram explicitados, em notas explicativas, os resultados econômicos resultantes do teste de recuperabilidade no ativo intangível atleta no período analisado?

c) Se foi explicitado em notas explicativas, qual o valor que foi reconhecido como perda por recuperação?

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Identificação dos Ativos intangíveis evidenciado nas demonstrações financeiras

Para a realização deste estudo, foram levantadas somente as contas presentes dentro do grupo do Intangível, que continha relação com os atletas, sendo excluídas as demais. Após análise, foram apresentados os valores apurados na tabela 1.

TABELA 1 – Ativo Intangível Atletas dos 20 clubes da primeira divisão – (Em reais).

Classificação	Clube	2014	2015	2016
1º	Palmeiras – SP	R\$ 53.022.000,00	R\$ 124.673.000,00	R\$ 167.603.000,00
2º	Santos – SP	R\$ 120.850.000,00	R\$ 80.644.000,00	R\$ 81.203.000,00
3º	Flamengo – RJ	R\$ 37.574.735,00	R\$ 46.963.000,00	R\$ 74.141.000,00
4º	Atlético – MG	R\$ 46.291.084,00	R\$ 39.241.382,00	R\$ 59.079.114,00
5º	Botafogo – RJ	R\$ 11.930.000,00	R\$ 6.173.000,00	R\$ 17.423.000,00
6º	Atlético – PR	R\$ 12.368.676,00	R\$ 18.517.946,00	R\$ 20.013.922,00
7º	Corinthians – SP	R\$ 176.556.000,00	R\$ 148.101.000,00	R\$ 165.408.000,00
8º	Ponte Preta – SP	R\$ 79.108.028,00	R\$ 82.849.567,00	R\$ 85.466.071,00
9º	Grêmio – RS	R\$ 83.148.000,00	R\$ 67.401.000,00	R\$ 81.305.000,00
10º	São Paulo – SP	R\$ 200.774.000,00	R\$ 160.857.000,00	R\$ 198.865.000,00
11º	Chapecoense – SC	R\$ –	R\$ 1.398.774,00	R\$ 3.986.461,00
12º	Cruzeiro – MG	R\$ 91.958.984,46	R\$ 101.686.833,81	R\$ 146.383.317,56
13º	Fluminense – RJ	R\$ 33.989.000,00	R\$ 83.655.000,00	R\$ 109.496.000,00
14º	Sport – PE	R\$ 2.769.714,00	R\$ 9.723.333,00	R\$ 37.870.893,00
15º	Coritiba – PR	R\$ 32.609.116,00	R\$ 29.561.790,00	R\$ 33.257.245,00
16º	Vitória – BA	R\$ 33.678.000,00	R\$ 16.473.265,00	R\$ 19.887.866,00
17º	Internacional – RS	R\$ 58.877.457,00	R\$ 82.306.448,00	R\$ 99.570.719,00
18º	Figueirense – SC	R\$ 6.646.024,00	R\$ 8.009.780,00	R\$ 8.726.461,00
19º	Santa Cruz – PE	R\$ 55.731.494,74	R\$ 1.788.070,32	R\$ 5.538.650,24
20º	América – MG	R\$ 920.000,00	R\$ –	R\$ 6.191.879,98

FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2017).

Através dos dados coletados, percebe-se que os valores presentes, neste tipo de ativo, não podem ser considerados fator preponderante para que o clube conquiste o campeonato brasileiro, visto que os maiores clubes com elevados montantes investidos em seus ativos intangíveis em 2016 não tiveram as primeiras colocações no período analisado.

4.2 Evidenciação em notas explicativas da realização do teste de recuperabilidade

Nesta etapa, buscou-se avaliar se, nas demonstrações financeiras, traziam algum tipo de evidências da realização do teste de recuperabilidade por parte dos clubes, neste tipo de ativo. Os resultados estão apresentados no quadro 6.

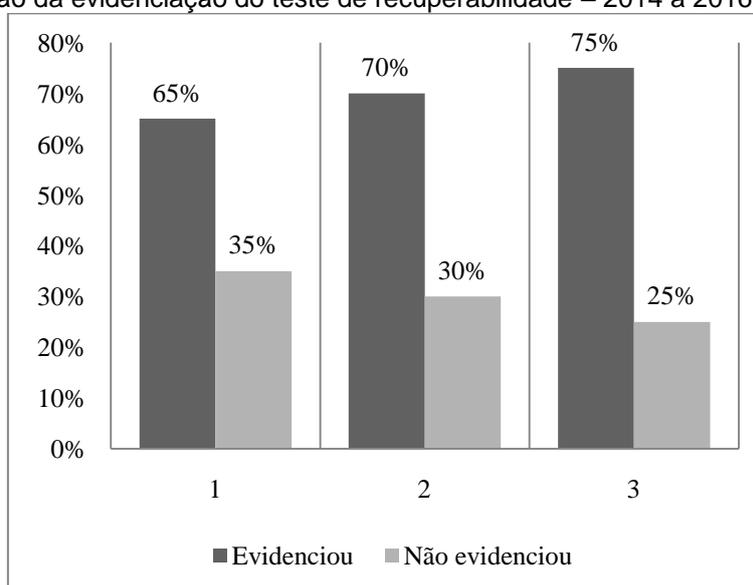
QUADRO 6 – Resultado se foi evidenciado o teste de recuperabilidade no período analisado.

Clas.	Clube	2014	2015	2016	Clas.	Clube	2014	2015	2016
1º	Palmeiras – SP	Sim	Sim	Sim	11º	Chapecoense – SC	Não	Sim	Sim
2º	Santos – SP	Sim	Sim	Sim	12º	Cruzeiro – MG	Não	Não	Não
3º	Flamengo – RJ	Não	Não	Não	13º	Fluminense – RJ	Sim	Sim	Sim
4º	Atlético – MG	Sim	Sim	Sim	14º	Sport – PE	Sim	Sim	Sim
5º	Botafogo – RJ	Sim	Sim	Sim	15º	Coritiba – PR	Sim	Sim	Sim
6º	Atlético – PR	Não	Não	Não	16º	Vitória – BA	Sim	Sim	Sim
7º	Corinthians – SP	Não	Não	Sim	17º	Internacional – RS	Sim	Sim	Sim
8º	Ponte Preta – SP	Sim	Sim	Sim	18º	Figueirense – SC	Sim	Sim	Sim
9º	Grêmio – RS	Sim	Sim	Sim	19º	Santa Cruz – PE	Não	Não	Não
10º	São Paulo – SP	Sim	Sim	Sim	20º	América – MG	Não	Não	Não

FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2017).

Portanto, conforme apresentado no gráfico 1, é possível verificar que a percentual evidenciação está aumentando gradativamente.

GRÁFICO 1 – Evolução da evidenciação do teste de recuperabilidade – 2014 a 2016.



FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2017).

Com base nos dados apresentados no quadro 6, considerado nos resultados: Não = 0 e Sim = 1, obteve-se os resultados aplicando a estatística descritiva.

TABELA 2 – Estatísticas descritivas do resultado das notas explicativas.

Descrição	Média	Desv. Pad.	Variância
2014	0,65	0,489	0,239
2015	0,7	0,47	0,221
2016	0,75	0,4443	0,1974

FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2017).

Com base nos resultados encontrados, percebe-se que a maioria dos clubes apresentaram, em suas notas explicativas, evidências da realização dos testes de recuperabilidade. Em notas explicativas, percebe-se que os clubes realizaram os testes, mas não havia nenhuma provisão a ser constituída. Alguns exemplos de notas explicativas são apresentados no quadro 7.

QUADRO 7 – Algumas notas explicativas sobre o teste de recuperabilidade.

No final de cada exercício, o Clube avalia a possibilidade de recuperação econômico-financeira do valor líquido contábil do custo de cada atleta registrado nesta conta, e, caso existam evidências de irrecuperabilidade do custo, o valor é baixado em conta específica do resultado (Palmeiras – SP, 2014).	Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”) foi procedido ajuste contábil a valores recuperáveis na rubrica atletas contratados, pela mensuração a valor de mercado de determinado atleta no valor de R\$ 9.958 com parâmetros qualitativo e histórico. Fatores econômicos compõem, também, a análise dessa estimativa (Santos – SP, 2015).
A Administração do Clube avaliou a recuperabilidade econômico-financeira dos direitos econômicos dos atletas Formados e atletas em formação, de acordo com o que determina a ITG 2003, e estima que os valores contábeis apresentados refletem o valor de recuperação dos correspondentes ativos (Internacional – RS, 2014).	A Administração do Clube, em conjunto com o departamento de futebol, avaliou a recuperabilidade econômico-financeira dos custos dos atletas em formação, de acordo com o que determina a Resolução nº 1.429/2013 do Conselho Federal de Contabilidade e o CPC 01, e estima que os valores contábeis apresentados refletem o valor de recuperação dos correspondentes ativos (Coritiba – PR, 2015).

FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2017).

4.3 Valores reconhecidos com o teste de recuperabilidade

Através da análise das notas explicativas, percebe-se que somente dois clubes reconheceram em suas demonstrações financeiras perdas por desvalorização, conforme tabela 3.

TABELA 3 – Clubes e valores reconhecidos como perda no período.

Clube	Exercício	Valor
Santos – SP	2015	R\$ 9.958.000,00
Coritiba – PR	2016	R\$ 1.913.434,00

FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2017).

Esta tendência de não reconhecimento de perda pode estar ligada ao próprio tipo de ativo que tende a ter, sempre, uma valorização ou pode abrir ao questionamento dos critérios, que estão sendo realizados pelos clubes para buscar tais evidências, para a avaliação desses ativos.

4.4 Correlação entre Valor do Ativo e Evidenciação

Para analisar a relação entre o valor do ativo e sua evidenciação, utilizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar se a distribuição amostral de cada variável possuía normalidade dos dados.

Portanto, o teste apresentado tinha como objetivo avaliar as seguintes hipóteses:

$$\begin{cases} H_0 : \text{Os dados seguem uma distribuição normal} \\ H_1 : \text{Os dados não seguem uma distribuição normal.} \end{cases}$$

Adotando como nível de significância o valor 0,05 para α , ou seja, se o valor-p for menor que 0,05, iria rejeitar a H_0 . Os resultados encontrados, através da análise, foram apresentados na tabela 4.

TABELA 4 – Testes de Kolmogorov-Smirnov nas variáveis.

Ativo Intangível				Evidenciação			
Ano	2014	2015	2016	Ano	2014	2015	2016
valor-p	0,069	0,15	0,15	valor-p	< 0,010	< 0,010	2016

FONTE: Elaborado pelos autores, com dados da pesquisa (2017).

Como o resultado apresentado na tabela 4, não foi possível gerar a regressão entre o valor do ativo e sua evidenciação, pois a variável evidenciação não apresentou uma distribuição normal, ou seja, como o valor-p foi menor que 0,05, tivemos que rejeitar a hipótese H_0 .

Não sendo possível, portanto, afirmar que existe uma correlação entre o valor do ativo e sua evidenciação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verificação por parte das organizações da realidade econômica dos seus ativos é uma prática válida e coerente em um cenário econômico que vive em constante metamorfose, sofrendo influência internas e externas na valorização de seu patrimônio. Nesse contexto, o futebol é uma das principais atividades do segmento econômico de entretenimento, movimentando altas quantias financeiras, oriundas de suas principais atividades econômicas, tais como bilheteria ou transações de seus atletas, hoje um dos principais componentes de seu patrimônio.

Diante desse cenário, esta pesquisa teve, como premissa, verificar se os clubes que disputaram o campeonato brasileiro, no exercício de 2016, realizaram, periodicamente, o teste de recuperabilidade, verificando se havia a necessidade de reconhecimento de perdas provenientes desta desvalorização.

Através da realização de análises da composição de seus ativos intangíveis e de notas explicativas das demonstrações financeiras, foi possível verificar que, no período de 2014 a 2016, quase a totalidade dos clubes apresentaram em suas demonstrações evidências da realização do teste de recuperabilidade.

Mesmo o clube evidenciado, em suas notas explicativas, relatos de realização do teste de recuperabilidade, somente dois clubes apresentaram o reconhecimento de perdas na desvalorização dos clubes, levantando a possibilidade do mercado em que se negociam estes tipos de ativos apresentarem, no período, elevada possibilidade de valorização desses tipos de ativos.

Cabe, também, avaliar se os critérios adotados pelos clubes são coerentes e se refletem, de fato, a realidade econômica dos ativos intangíveis, pois foram poucos clubes que evidenciaram quais os critérios utilizados. Como não existe um padrão preestabelecido, a criação de uma avaliação não tendenciosa poderia levar à obtenção de outros resultados.

Enfim, em busca da inquietação da pesquisa, conclui-se que a maioria dos clubes presentes na primeira divisão do campeonato brasileiro, no exercício de 2016, apurou e evidenciou, em suas demonstrações financeiras, o teste de recuperabilidade, conforme preconizado no CPC 01.

Espera-se que este estudo contribua para futuras pesquisas, como um dos apoios na discussão referente ao teste de recuperabilidade nas demonstrações financeiras dos principais setores econômicos brasileiros. Sugere-se realizar a verificação dos principais controles aplicados nas empresas, para o eficiente controle dos testes de recuperabilidade.

REFERÊNCIAS

ARA, Haianny et al. **Impairment test**: p. 29–52, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CARDOSO, Reinaldo; CONTÁBEIS, Ciências; ULBRA, Ceulji. **Uma Análise sobre a Adoção Inicial do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos numa Empresa Comercial do Ramo de Peças e Pneus para Veículos Automotores – Estudo de Caso An Analysis of the Initial Adoption of CPC 01 – Impairment of Assets in a Comp.** v. 1, p. 69–87, 2011.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes De; COSTA, Patrícia De Souza; OLIVEIRA, Alan Teixeira De. **Impairment no setor público: particularidades das normas nacionais e internacionais**. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 4, p. 839-876, 2010.

CBF. *Confederação Brasileira de Futebol*. **Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino de 2014**. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/competicoes/brasileiro-serie-a/classificacao/2016#.WP1Hwfnvcc>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.429/13, de 30 de janeiro de 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional**. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2013/001429>. Acesso em: 22 Julho. 2017.

CPC 01 (R1). **CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. [S.l.]: CFC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>>. Acesso em: 23 abr. 2017, 2010.

CPC 04 (R1), 2010. **Ativo Intangível**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CRUZ, Snsr Almeida. **Valorização do direito desportivo resultante da formação**. *Revista de Educação ...*, p. 60–83, 2010. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/viewArticle/148>>.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

IUDÍCIBUS, Sergio et al. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades**. [S.l.: s.n.], 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S, BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Traduzido por Antônio Zoratto San Vicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HUSMANN, Sven; SCHMIDT, Martin. **The Discount Rate: A Note on IAS 36.** *Accounting in Europe*, v. 5, n. 1, p. 49–62, 2008.

LEITE, Duílio Ulhôa; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. **Disclosure de Ativo Intangível: Um Estudo dos Clubes de Futebol Brasileiros. Enfoque: Reflexão Contábil.** [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/21400>>, 2014.

LEONCINI, Marvio Pereira; DA SILVA, Márcia Terra. **Entendendo o futebol como um negócio : Um estudo exploratório.** *Gestão e Produção*, v. 12, n. 1, p. 11–23, 2005. Disponível em: <<http://www.dep.ufscar.br/revista/>>.

MAIA, Anna Beatriz Grangeiro Ribero; CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa; PONTE, Vera Maria Rodrigues. **Práticas de disclosure do Ativo Intangível em Clubes de Futebol.** *RaceF: Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, 2013. Disponível em: <<http://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/47>>.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

REIS, A. O.; ANJOS, D. A.; SEDIYAMA, G. A. S.; LÉLIS, D. L. M. **Disclosure da recuperabilidade do valor do ativo imobilizado: análise no setor siderúrgico brasileiro.** *Revista Ambiente Contábil*, v. 5, n. 2, p.37-52, jul./dez. 2013.

SOUZA, Maíra (UFSC); BORBA, José (UFSC); ZANDONAI, Fabiana (UFSC). **Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras.** *Revista Contabilidade Vista & Revista*, p. 67–91, 2011.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves *et al.* **Um Estudo Sobre o Nível de Conformidade dos Setores Classificados pela Bovespa com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.** *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 5, n. 1, p. 79–95, 2010.

WRUBEL, Franciele; MARASSI, Rodrigo Barraco; KLANN, Roberto Carlos. **Determinantes Do Reconhecimento De Perdas.** *RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace.*, v. 6, n. 1, p. 112–128, 2015.

ZANDONAI, Fabiana; BORBA, José Alonso. **O que dizem os achados das Pesquisas Empíricas sobre o teste de impairment: uma análise dos Journals em língua inglesa – What the Empirical Research findings tell about impairment test: an analysis of english Journals.** *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 1, p. 24–34, 2009. Disponível em: <<http://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/59>>.